
INDICADORES ECONÔMICOS – AGENDA DO DIA

➤ Brasil:

- O FGV divulga o Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) (Mensal e Anual) (Vide notícia abaixo).

➤ Mundo:

- **Suíça:** Sai a Taxa de desemprego local (Mensal e Anual);
- **Alemanha:** Sai a Balança comercial (exportações e importações);
- **África do Sul:** Sai o Índice de preços ao consumidor (IPC) (Mensal e Anual);
- **México:** Sai o Índice de preços ao consumidor (IPC) (Mensal e Anual);
- **Austrália:** Sai a Taxa de desemprego e de emprego (Mensal) e a Expectativa de inflação no país;
- **Nova Zelândia:** Decisão da Taxa de juros e Declaração da Política Monetária.

NOTÍCIAS RELEVANTES PARA O SETOR DE ENERGIA

✓ Lei sobre repactuação do risco hidrológico é sancionada

Fonte: Agência Estado



A lei que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica e institui a bonificação pela outorga foi sancionada e publicada no Diário Oficial da União, com dois vetos. A Lei 13.203 é resultado da conversão da Medida Provisória 688, aprovada pelo Senado no dia 24 de novembro, véspera do leilão das usinas hidrelétricas, o que viabilizou o certame. A Lei permite que os geradores hidrelétricos repactuem o risco de seus contratos decorrentes de anos de baixa hidrologia. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) criou uma metodologia para permitir que os geradores troquem o risco de não conseguirem gerar o equivalente a suas garantias físicas por um "bônus de risco" a ser calculado para cada usina. Quanto maior a proteção que o gerador quiser garantir, maior será o bônus a ser pago. Além disso, a repactuação do risco hidrológico permitirá que atual rombo do setor de geração hídrica - decorrente da estiagem de 2015 - seja convertido em um ativo regulatório que resultará em um aumento do prazo das concessões ao fim dos atuais contratos. Uma das condições para que os geradores possam aderir à repactuação do risco hidrológico é a desistência de ações judiciais que hoje travam o sistema de liquidação de contas da Câmara Comercializadora de Energia Elétrica (CCEE). Segundo a exposição de motivos do veto, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento se posicionaram contrários ao dispositivo por entenderem que ele "contrariaria a lógica de separação entre os Ambientes de Contratação Livre e Regulada, criada pela Lei 10.848, de 15 de março de 2004. Além disso, a proposta implicaria prejuízo aos consumidores cativos, uma vez que os colocaria em concorrência desequilibrada com consumidores livres na obtenção da energia fornecida."

✓ **42,5% de toda a matriz energética será de energias renováveis até o fim de 2015**

Fonte: Ministério de Minas e Energia/Portal Brasil



O Ministério de Minas e Energias (MME) prevê que até o fim de 2015 as energias renováveis correspondam a 42,5% de toda a matriz energética brasileira em 2015. O destaque fica para o crescimento da participação da geração hidrelétrica, como a eólica, a solar e a biomassa. Em 10 anos, esse tipo de energia renovável cresceu 30%, passando de 2,8% de toda a oferta de energia interna em 2004 para 4,1% em 2014. Até o final de 2015, espera-se que mais de 84% da energia elétrica gerada no País seja de fontes renováveis. As hidrelétricas ainda fazem parte de mais da metade da geração, mas outras fontes vão representar cerca de 16% de toda energia elétrica brasileira. O incentivo às energias renováveis pode ser considerado uma meta coletiva, não só do Ministério de

Minas e Energia. O governo federal, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), investiu mais de R\$ 155 bilhões em forma de financiamento para 769 iniciativas de energias renováveis no período de 2003 a 2015. Somente na energia eólica, foram mais de R\$ 18 bilhões em financiamento. Um dos maiores destaques das formas alternativas de geração de energia é a eólica. Neste ano, o País se tornou o 10º maior gerador de energia eólica no mundo, superando países como Portugal e Suécia, segundo *Ranking Mundial de Energia e Socioeconomia*. Até o final de 2015, o setor terá expansão de 62% em relação a 2014 e irá representar 8,3% da oferta de energia elétrica no país. A região Nordeste é a principal geradora de energia eólica no País.

✓ **Iluminação pública de Belo Horizonte irá aderir ao LED**

Fonte: Procel Info



Com o intuito de integrar a cidade com iluminação mais qualificada e econômica, Belo Horizonte se prepara para lançar o edital da PPP (Parceria Público-Privada) para a realização de uma licitação para contratar empresas privadas dispostas a fazer a substituição de lâmpadas convencionais, de mercúrio e vapor de sódio, por similares de LED. O objetivo da mudança é proporcionar uma melhoria na qualidade e na gestão do sistema de iluminação pública. A ideia amadureceu no início do ano quando a prefeitura firmou um contrato de parceria privada para a

manutenção de seus ativos de iluminação pública com a empresa Remo Engenharia. Desde então, foi publicado um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para que a iniciativa privada apresente, até janeiro de 2016, estudos e propostas para verificar a viabilidade econômica da PPP. Segundo projeções, a PPP proporcionará uma redução de 45% do consumo energético, o que trará menor custo de manutenção e impacto ambiental para Belo Horizonte. Além da questão ambiental e econômica, implementação da iluminação de LED tem forte impacto na área de segurança pública, já que inibe as práticas criminosas procurando atender a setores da cidade com maior vulnerabilidade e riscos para a população. Ainda não está definido quais serão as primeiras regiões beneficiadas com a instalação do LED, pois isso dependerá da assinatura do contrato com a empresa vencedora da PPP. A empresa ou consórcio vencedor serão ressarcidos ao longo do período da vigência da PPP por meio dos recursos provenientes da CCIP (Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública), que é contida na conta de energia dos consumidores. A cidade, em conjunto com o Banco Mundial e outros parceiros, trabalhará de forma conjunta com o vencedor da PPP. Outro município que está licitando uma PPP para a iluminação pública em Minas Gerais é a de Uberaba que pretende delegar a gestão da estrutura do seu parque de iluminação pública a uma empresa privada. A expectativa é de, em 2 anos, sejam investidos cerca de R\$ 123 milhões na modernização da iluminação pública da cidade. O projeto de substituição da iluminação faz parte do programa "Ilumina Uberaba".

✓ **Voltalia inicia operação de térmica no Amapá**

Fonte: Canal Energia



A Voltalia anunciou a conclusão da 1ª fase do projeto iniciado após vencer o leilão 001/2014 – CEA, para geração no complexo hidrotérmico Oiapoque (AP - 12 MW). A entrada em operação de sua usina térmica, no dia 29 de novembro, cobre a demanda energética de cerca de 23 mil habitantes do município de Oiapoque, no Amapá, por um período de 15 anos. A segunda fase do projeto consistirá na construção da PCH Salto Cafesoca, de 7,5 MW de capacidade instalada. Depois de finalizada, a pequena central hidrelétrica fornecerá pelo menos 85% das necessidades de energia elétrica do município, enquanto a usina térmica funcionará somente para complementar a PCH durante os períodos de pico, na estação da seca e períodos de manutenção. A PCH reduzirá as emissões de gases de efeito estufa na mesma proporção. A Voltalia, atualmente, é a única produtora de energia a oferecer uma solução mista hidro/térmica, em um sistema isolado, em que uma usina irá complementar a outra.

✓ **AES Sul investe na implantação de postes sustentáveis**

Fonte: Canal Energia



A AES Sul, no Rio Grande do Sul, ampliou a utilização de postes que causam menor impacto ambiental. Esses postes eram usados até agora apenas para sustentação das linhas de subtransmissão. Após vários ensaios elétricos, necessários para testar os resultados ambientais, a empresa iniciou a instalação de postes de Poliéster Reforçado com Fibras de Vidro, mais conhecidos como “postes de fibra de vidro”, também na rede de distribuição de energia elétrica. Foram investidos R\$ 3 milhões na implantação dos primeiros 798 postes, de coloração verde escura, com o intuito de se diferenciar das estruturas já existentes. Os novos postes estão sendo instalados por toda a área de concessão da AES Sul, com prioridade para locais de difícil acesso, como morros, terrenos alagadiços e locais com muita vegetação. Os postes de fibra emitem menos gás carbônico que os de concreto em sua fabricação, além de destacarem-se pela qualidade do material reciclável e ecologicamente correto; longa vida útil com resistência à corrosão causada por chuvas e variações de temperatura; estruturas mais leves que proporcionam menos custos de logística, manutenção e instalação; melhor solução para o setor de distribuição de energia em regiões de difícil acesso e ambientes agressivos; não absorve água, e diversos outros benefícios.

✓ **Preços do petróleo avançam em Nova York e Londres**

Fonte: Setorial Energy News



Os preços do petróleo têm uma manhã de avanço em Nova York e Londres hoje. Em Nova York, o barril abriu cotado a US\$ 37,98, registrando uma alta da ordem de 1,25% em relação ao fechamento desta terça-feira (8). Em Londres, o barril abriu cotado a US\$ 40,70 nesta quarta-feira (9), também registrando uma alta de 1,09%, igualmente em relação ao fechamento desta terça-feira.

✓ ONS poderá cobrar ineficiência por sobrecontratação de distribuidoras

Fonte: Secretaria de Energia do Estado de São Paulo



O Operador Nacional do Sistema Elétrico poderá cobrar a Parcela de Ineficiência de Sobrecontratação referente ao Montante de Uso do Sistema de Transmissão das distribuidoras do período de 2011 a 2014. A penalidade a ser cobrada de 38 distribuidoras chega a R\$ 82 milhões em valores atualizados pelo Índice de Atualização de Transmissão. A CEB (DF), que está no grupo, teve os valores expurgados pela Agência Nacional de Energia Elétrica. A sobrecontratação de demanda é caracterizada pela medição de demanda máxima anual em valor inferior a 90% do maior MUST contratado em caráter permanente no ano civil. A Cemig-D apresentou defesa contra a cobrança da PIS no ponto de conexão de Várzea de Palma, onde 3 indústrias de ferro-liga, são responsáveis por 66%

da carga. Segundo a empresa, a demanda nesse ponto depende exclusivamente desses três consumidores e não tem como remanejar cargas de outras classes. A Elektro se posicionou contra a atualização do valor do PIS e pediu que não seja cobrada a parcela de ineficiência de locais com preponderância dos clientes do grupo A. O valor original da cobrança, antes dos expurgos, era de pouco mais de R\$ 90 milhões para as distribuidoras envolvidas.

✓ Possível aprimoramento de conselhos dos consumidores

Fonte: ANEEL



A Agência Nacional de Energia Elétrica decidiu abrir audiência pública no período de 10 dezembro de 2015 até 8 de março de 2016, para colher subsídios para o aprimoramento da resolução normativa que rege as condições de funcionamento dos conselhos de consumidores de energia. Cabe a agência estimular a organização dos conselhos. A audiência será feita na modalidade intercâmbio documental. O tempo de mandato dos conselheiros deve ser ampliado para 4 anos. Outra sugestão foi a de que as decisões do conselho sejam definidas de forma colegiada, como na Aneel. Segundo a pesquisa, muitas vezes as decisões tomadas pelo conselho não tinham unanimidade. Outras sugestões foram o veto à participação de um conselheiro em mais de um conselho, ações

de capacitação e o custeio de despesas do secretário-executivo do conselho em evento, desde que aprovado pelo conselho. A inserção como despesa elegível de uma contribuição associativa para uma organização que congregue conselhos de consumidores.

✓ Autorização da operação comercial de eólicas na Bahia

Fonte: Canal Energia



A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início da operação comercial de 15 unidades geradoras (UG1 a UG15) da eólica Ventos de Campo Formoso II, na Bahia. As turbinas totalizam 30 MW de capacidade instalada. Também na Bahia, mas para funcionamento em fase de testes, a Aneel aprovou a unidade nº 1, com potência de 2,3 MW, da EOL Mussambê. A Agência liberou ainda a operação de 2 turbinas (UG1 e UG2 - 920 kW) da CGH Cachoeira do Fagundes, localizada em Minas Gerais.

NOTÍCIAS SOBRE ECONOMIA GERAL

✓ IPC-S da 1ª quadrimestre de dezembro sobe nas capitais

Fonte: FGV

Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) 1ª quadrimestre de dez/2015		
Região	De	Para
Salvador	0,47%	0,85%
Brasília	0,89%	1,22%
Belo Horizonte	1,01%	1,02%
Recife	0,69%	0,80%
Rio de Janeiro	1,47%	2,00%
Porto Alegre	1,03%	1,12%
São Paulo	0,97%	1,01%

Fonte: FGV

O Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), subiu nas 7 capitais pesquisadas na 1ª quadrimestre de dezembro em relação à 4ª leitura de novembro, divulgou a instituição. No geral, o IPC-S avançou de 1,00% para 1,21% entre os 2 períodos. O grupo Alimentação deu a maior contribuição de alta de preços.

✓ Preço da cesta básica em novembro aumentou em todas as 18 capitais brasileiras

Fonte: DIEESE

Preço da cesta básica - Brasil - maiores altas e baixas
nov/15

Capitais	(%)	
Brasília	9,22%	Alta
Campo Grande	8,66%	Alta
Salvador	8,53%	Alta
Recife	8,52%	Alta
Belém	1,23%	Baixa

Fonte: DIEESE

O preço da cesta básica em novembro aumentou em todas as 18 capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). No período de 12 meses, de dezembro do ano passado até novembro deste ano, todas as 18 capitais acumularam alta no preço da cesta. As variações ficaram entre 7,74% em Belém e 26,40% em Salvador. No acumulado do ano até novembro, o cenário é o mesmo, com todas as cidades apresentando aumento. De acordo com o Dieese, os produtos com predomínio de alta nos preços nas Regiões Centro-Sul em novembro foram tomate, açúcar, óleo de soja, arroz, café em pó, pão francês, carne bovina e batata. No Norte e Nordeste, o destaque foi para a alta da farinha de mandioca. Em termos de valores, o maior custo da cesta básica em novembro foi registrado em Porto Alegre (R\$

404,62), seguido de São Paulo (R\$ 399,21), Florianópolis (R\$ 391,85) e Rio de Janeiro (R\$ 385,80). Os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R\$ 291,80), Natal (R\$ 302,14) e João Pessoa (R\$ 310,15). Em novembro o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas - tendo como base a cesta mais cara do mês e levando em consideração determinações constitucionais para suprir despesas básicas - deveria equivaler a R\$ 3.399,22, ou 4,31 vezes o mínimo atual de R\$ 788,00. Em novembro de 2014, o valor necessário para atender às despesas de uma família era de R\$ 2.923,22, ou 4,04 vezes o salário mínimo então em vigor, de R\$ 724,00.

✓ Indicador de desemprego no Brasil sobe entre outubro e novembro

Fonte: FGV

Em linha com a persistência do enfraquecimento do mercado de trabalho exibida nos últimos meses, o indicador coincidente de desemprego (ICD), calculado pela FGV, subiu 1,4% entre outubro e novembro. Esse foi o 10º avanço do indicador em onze meses, acumulando alta de 34,5% no ano. Por outro lado, o indicador antecedente

de emprego (IAEmp) subiu 4,8% no período, sucedendo alta de 5,0% em outubro. Mesmo assim, acumula queda de 10,3% no ano, se mantendo em patamar ainda bastante baixo. O comportamento favorável no último mês refletiu, especialmente, uma melhora da avaliação dos consumidores em relação ao mercado de trabalho.

✓ **Dólar opera em baixa sobre o real**

Fonte: BC

O dólar opera em baixa no dia de hoje, com investidores recebendo bem a rejeição da chapa governista na eleição dos membros da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisará o *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff. Às 16h09, a moeda norte-americana caía 2,11%, a R\$ 3,7295 para venda. O “ânimo” permanecia mesmo depois de o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin suspender temporariamente a formação da comissão. Na véspera, o governo foi derrotado no primeiro teste envolvendo a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, com a rejeição da chapa governista na eleição para os membros da comissão especial que analisará o assunto na Casa. Mesmo a suspensão da formação da comissão pelo STF não era forte o suficiente para evitar a queda do dólar, pois a maioria dos operadores acreditava que o processo de *impeachment* deve ser retomado normalmente em seguida. O mercado tem reagido de forma positiva a notícias que fortalecem as chances de *impeachment*, apostando que mudanças no Palácio do Planalto poderiam ajudar a recuperação econômica. No entanto, muitos operadores ressaltam que a instabilidade política pode paralisar o ajuste fiscal e até provocar a perda do selo de bom pagador do país por outras agências de classificação de risco além da *Standard & Poors*. Pela manhã, o BC também deu continuidade ao seu programa diário de interferência no câmbio, seguindo a rolagem dos *swaps* cambiais que vencem em janeiro, com oferta de até 11.260 contratos, que equivalem a venda futura de dólares. Até agora, o BC já rolou o equivalente a US\$ 3,828 bilhões, ou cerca de 36% do lote total, que corresponde a US\$ 10,694 bilhões.

✓ **Brasil e Uruguai estabelecem acordo de livre comércio automotivo**

Fonte: Portal Brasil

Os governos do Brasil e do Uruguai firmaram acordo de livre comércio nas negociações de veículos entre os dois países que entrará em vigor em janeiro de 2016 abrangendo automóveis leves, ônibus, caminhões, autopeças, chassis, pneus e máquinas agrícolas. Na prática, o acordo de livre comércio elimina a existência de cotas na venda bilateral de veículos e a cobrança de tarifas nas exportações desses bens entre os dois países, ampliando as possibilidades de comércio no setor automotivo entre as duas economias. O comércio de veículos entre Brasil e Uruguai movimentou US\$ 600 milhões no ano passado, conforme dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Neste ano até outubro, os negócios somam US\$ 500 milhões. Do lado brasileiro, as montadoras exportaram 14.229 veículos ao Uruguai no ano passado entre veículos leves, caminhões e ônibus. De jan-nov de 2015, essas exportações para o país vizinho estão em 12.512 unidades. O sistema atual de comércio de veículos que está sendo substituído pelo livre comércio é baseado no regime de cotas. Nesse tipo anterior de regime, os países têm um número limitado de veículos que pode ser exportado sem a cobrança de tarifas. No caso brasileiro, a cota de exportação de veículos para o Uruguai é de 14 mil veículos/ano. As unidades que excedem esse limite são taxadas em 35%, o que, na prática, é um desestímulo às exportações. Com a substituição do regime de cotas pelo livre comércio serão eliminadas as cotas e a cobrança de tarifas. Para o lado brasileiro, o Índice de Conteúdo Regional é 55%. Para o Uruguai, essa obrigatoriedade é de 50%.

✓ **Inflação ao consumidor chinês segue contida em novembro**

Fonte: Bradesco economia

As pressões inflacionárias na China seguiram contidas por mais um mês, diante da desaceleração da economia e do patamar mais baixo dos preços das matérias primas. O índice de preços ao consumidor mostrou alta interanual de 1,5% em novembro, acelerando discretamente em relação ao avanço de 1,3% registrado no mês anterior e ficando um pouco acima das expectativas (1,4%). Para tanto, os preços de alimentos passaram de uma elevação de 1,9% para outra de 2,3% ao passo que os itens não ligados a alimentação aceleraram de 0,9% para 1,1% nesse período. No atacado, a deflação tem persistido, o que evidencia a forte desaceleração da atividade industrial e do setor imobiliário. O índice de preços ao produtor recuou 5,9%, a mesma variação pelo 4º mês consecutivo.

MAIORES ALTAS E MAIORES BAIXAS NA BOVESPA*

Maiores altas da Bolsa ↑			
08/12/2015			
Desempenho da bolsa			
PETROBRAS ON**	4,57	R\$ 8,93	↑
CCR SAON NM	3,72	R\$ 13,66	↑
BRASIL ON NM	3,63	R\$ 17,70	↑
SMILES ON NM	3,56	R\$ 37,28	↑
CYRELA REALT ON NM	3,35	R\$ 8,01	↑



Maiores baixas da Bolsa ↓			
08/12/2015			
Desempenho da bolsa			
GOL PN N2	-1,76	R\$ 3,35	↓
SUZANO PAPEL PNA N1	-0,94	R\$ 17,97	↓
KLABIN S/A UNT N2	-0,55	R\$ 23,65	↓
FIBRIA ON ED NM	-0,50	R\$ 50,07	↓

* Referente ao fechamento do dia anterior.

**Empresas do setor elétrico.

Fonte: BMF & Bovespa/Elaboração própria.

TAXAS DE CÂMBIO*

Câmbio				
Vigência 09/12/2015				
			Compra	Venda
	Dólar (Ptax*)	↓	3,7573	3,7580
	Euro (Ptax*)	↓	4,1229	4,1244

*Ptax é a média das taxas de câmbio informadas pelos *dealers* durante 4 janelas do dia.

Fonte: BACEN/Elaboração própria.

ATIVIDADE ECONÔMICA, INFLAÇÃO E PRODUÇÃO

Atividade econômica, Inflação e Produção										
	Out.15	Set.15	Ago.15	Julho.15	Junho.15	Mai.15	Abr.15	Mar.15	Fev.15	Jan.15
IBC-Br (%)	...	-0,50	0,03	-0,84	...	0,36	-0,11
Produção industrial Total (%)	...	-1,30	-1,20	-1,50	...	0,60	-1,20	-0,80	-0,90	0,30
IPCA	0,82	0,54	0,22	0,62	0,79	0,74	0,71	1,32	1,22	1,24
INPC	0,77	0,51	0,25	0,58	0,77	0,99	0,71	1,51	1,16	1,48
IGP-DI	1,76	1,42	0,40	0,58	0,68	0,40	0,92	1,21	0,53	0,67
										2015 (*)
PIB (%)										-1,20
PIB Agropecuária										1,60
PIB Indústria										-2,90
PIB Serviços										-0,50

(*)Dados do IBGE segundo a nova metodologia de cálculo. 2º semestre de 2015, acum. nos últimos 12 meses.

Fonte: CNI/Bacen/IBGE/FGV

ÁREAS DE ATUAÇÃO DAIMON:

Regulação:

A Daimon atua fortemente na Regulação do setor energético brasileiro.

Através de Consultorias, Estudos e Pesquisa & Desenvolvimento, nossa equipe está totalmente capacitada e preparada para atender as demandas mais complexas deste mercado.

Software:

Desenvolvemos sistemas computacionais altamente especializados para o setor elétrico.

Nossas ferramentas são utilizadas pelas maiores empresas de distribuição do país nos segmentos de operação, proteção, perdas, tarifas, mercado, confiabilidade e muito mais.

Engenharia:

A Daimon tem destacada participação no programa de Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico brasileiro.

A Empresa conta em seu corpo técnico com vários pesquisadores oriundos de conceituadas universidades brasileiras, em particular, da Escola Politécnica da USP, onde boa parte desenvolve ou já desenvolveu trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado com significativas contribuições teóricas.

Novos Negócios:

Eficiência e Gestão Energética, *smart grids*, são exemplos de projetos desenvolvidos pela equipe de novos negócios Daimon.

Atenta as novas demandas e em busca de melhorias contínuas a Daimon desenvolve novos negócios em linha com as necessidades do setor energético nacional.

DAIMON, ESPECIALISTAS EM ENERGIA.

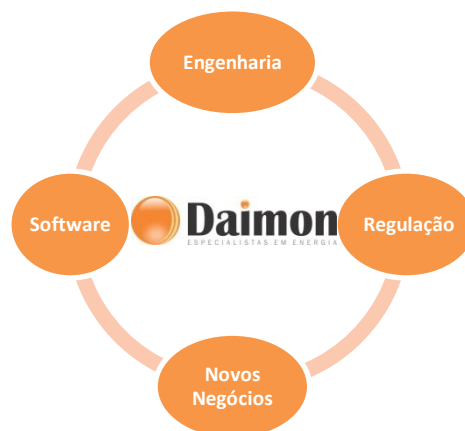
Av Paulista, 1.776 – Cj 22 – B – Bela Vista

CEP:01310-200 – São Paulo – Brasil

faleconosco@daimon.com.br

+55 11 3266-2929 / 3171-1728

www.daimon.com.br



A reprodução, inteira ou em parte, em qualquer forma ou meios, sem a expressa autorização por escrito da **Daimon Engenharia e Sistemas** não é permitida. Esta *newsletter* contém informações que são designadas somente aos seus destinatários. Conseqüentemente qualquer publicação, duplicação, distribuição ou qualquer ação tomada neste sentido é proibida e ilegal.